

**Rivania Selma de Campos Ferreira**

---

**De:** Marcelo de Almeida Frota  
**Enviado em:** quarta-feira, 21 de julho de 2021 09:42  
**Para:** Rivania Selma de Campos Ferreira  
**Assunto:** Enc: Documentos e informações sobre recursos hídricos  
**Anexos:** Carta FNCBH Nº 914 - Manifesto do Fórum Mineiro - Senado Federal.pdf;  
Carta FNCBH Nº 908 - MP 1055 Senado Federal.doc.pdf; MANIFESTO DO  
FÓRUM MINEIRO DE COMITÊS SOBRE ESCASSEZ HÍDRICA E CRISE  
ENERGÉTICA.pdf

---

**De:** Sen. Rodrigo Pacheco  
**Enviado:** terça-feira, 20 de julho de 2021 21:17  
**Para:** Marcelo de Almeida Frota  
**Assunto:** ENC: Documentos e informações sobre recursos hídricos

**De:** Comitês do Brasil ENCOB [mailto:comitesdobrasil@encob.org]  
**Enviada em:** terça-feira, 20 de julho de 2021 14:51  
**Para:** Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodrigopacheco@senado.leg.br>; Assessoria de Imprensa - Gab. da Presidência do Senado Federal <ASIMPRE@senado.leg.br>  
**Assunto:** Documentos e informações sobre recursos hídricos

Boa tarde!

Encaminhamos em anexo para conhecimento e providências pertinentes os seguintes documentos e informações:

- 1 - Moção do Fórum Nacional de CBHs sobre a Medida Provisória 1.055/2021,
- 2 – Apoios ao manifesto do Fórum Mineiro de CBHs sobre a escassez hídrica e crise energética e,
- 3 - Manifesto do Fórum Mineiro de Comitês sobre escassez hídrica e crise energética.

Nos colocamos ao dispor para quaisquer outras informações à cerca da qualidade e quantidade do Recursos Hídricos no Brasil.

*Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas Brasil-FNCBH*

**Itamar Xavier da Silva**  
**Secretário Geral**  
**63 99216-2634**

**Secretária**  
**Alda Souza**

**38 99965-8898**



**FORUM NACIONAL**  
DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS  
BRASIL

**Carta Nº 914/FNCBH**

**Palmas, 20 de julho de 2021**

A sua excelência o Senhor:

**Senador Rodrigo Pacheco**

Presidente do Senado Federal

**Assunto:** Manifesto do Fórum Mineiro de CBHs sobre a Escassez Hídrica e Crise Energética

Senhor Presidente,

**CONSIDERANDO** que o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas é uma instância colegiada formada pelo conjunto dos Comitês de Bacias Hidrográficas, legalmente instituídos no âmbito do Sistema Nacional e dos Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos existentes no território brasileiro;

**CONSIDERANDO** que a missão do FNCBH, definida em seus princípios, normas e funcionamentos, é a articulação dos Comitês de Bacias Hidrográficas em nível nacional, visando o fortalecimento dos mesmos como parte integrante do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos de forma descentralizada, integrada e participativa;

**CONSIDERANDO** que na reunião do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de CBHs realizada no dia 07 de julho de 2021, foi amplamente discutido o Manifesto do Fórum Mineiro de CBHs sobre a escassez Hídrica e Crise Energética;

**RESOLVE:** Apoiar o Manifesto do Fórum Mineiro de CBHs sobre a Escassez Hídrica e Crise Energética.

Atenciosamente,

Hideraldo Buch  
Coordenador Geral do Fórum Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica  
Fórum Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica do Brasil  
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari



**FORUM NACIONAL**  
DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS  
BRASIL

**Carta Nº 908/FNCBH**

**Palmas, 20 de julho de 2021**

A sua excelência o Senhor:

**Senador Rodrigo Pacheco**

Presidente do Senado Federal

**Assunto:** Moção do Fórum Nacional de CBHs sobre a Medida Provisória 1.055

Senhor Presidente,

**CONSIDERANDO** que o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas é uma instância colegiada formada pelo conjunto dos Comitês de Bacias Hidrográficas, legalmente instituídos no âmbito do Sistema Nacional e dos Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos existentes no território brasileiro;

**CONSIDERANDO** que a missão do FNCBH, definida em seus princípios, normas e funcionamentos, é a articulação dos Comitês de Bacias Hidrográficas em nível nacional, visando o fortalecimento dos mesmos como parte integrante do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos de forma descentralizada, integrada e participativa;

**CONSIDERANDO** que a Medida Provisória (MP) nº 1.055 de 28 de junho de 2021 que criou a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), a qual poderá definir diretrizes obrigatórias para estabelecer limites de uso, armazenamento e vazão das usinas hidrelétricas, fere a essência do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), estabelecido na Lei nº 9.433/1997, (Art. 32);

**CONSIDERANDO** que a MP 1.055/2021, atropela em especial as atribuições dos Comitês de Bacias Hidrográficas, conforme o estabelecido pela Lei nº 9.433/1997 (Art. 37);

**CONSIDERANDO** que na composição da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética (CREG), a Agência Nacional de Água e Saneamento (ANA), sequer foi incluída;



**FORUM NACIONAL**  
DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS  
BRASIL

**CONSIDERANDO** que a MP 1.055 coloca em risco a manutenção dos usos múltiplos da água, conforme o estabelecido pela Lei nº 9.433/1997 (Art. 1º, inciso IV);

**CONSIDERANDO** que na reunião do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de CBHs realizada no dia 07 de julho de 2021, foi amplamente discutido fazer uma Moção em decorrência da Medida Provisória 1.055.

**RESOLVE:** Recomendar a rejeição da Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, que Institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

Atenciosamente,

Hideraldo Buch  
Coordenador Geral do Fórum Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica  
Fórum Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica do Brasil  
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari



## **MANIFESTO DO FÓRUM MINEIRO DE COMITÊS SOBRE ESCASSEZ HÍDRICA E CRISE ENERGÉTICA**

No dia 22 de junho de 2021 foi realizada uma reunião do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas (FMCBH) para debater o Alerta Hídrico e a Segurança dos Usos Múltiplos e ecossistêmicos da Água com a presença de instituições convidadas, Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Na oportunidade foi exposta a situação de criticidade pelos quais estão passando os reservatórios, em especial os da região sudeste.

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) publicou em edição extra do Diário Oficial da União do dia 1º de junho a Declaração de Situação Crítica de Escassez Quantitativa de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraná até 30 de novembro de 2021.

A Declaração foi publicada pela ANA com o objetivo de reconhecer a situação crítica de escassez quantitativa de recursos hídricos e subsidiar a adoção de medidas temporárias para assegurar os usos múltiplos da água e buscar a segurança hídrica. Após a análise de cada situação, poderão ser adotadas medidas, como regras de operação temporárias para os reservatórios para a preservação dos seus volumes. Num primeiro momento, a necessidade de restrições para usos consuntivos (que consomem água), como a irrigação e o abastecimento humano, não é vislumbrada.

A Declaração foi publicada pela ANA em caráter preventivo para mitigar possíveis riscos aos usos consuntivos de água, decorrentes do cenário desfavorável de chuvas, até o fim do período seco deste ano. Nesse sentido, em sua análise técnica, a Agência levou em consideração a Nota Conjunta do Sistema Nacional de Meteorologia (SNM), de 27 de maio, que emitiu Alerta de Emergência Hídrica associado à escassez de precipitação para a Região Hidrográfica do Paraná de junho a setembro deste ano.

O Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia



(CENSIPAM) assinaram o Alerta de Emergência Hídrica pela primeira vez em função das previsões de chuvas próximo ou abaixo da média entre maio e setembro deste ano. Além disso, a Região Hidrográfica do Paraná passa por um déficit de precipitações severo desde outubro de 2019, segundo o SNM, e os mapas do Monitor de Secas. Conforme acompanhamento da ANA, diversos locais da bacia do Paraná registraram vazões baixas a extremamente baixas tanto em 2019 quanto no período chuvoso de 2020/2021, quando foram registradas as menores vazões afluentes (que chegam) a alguns reservatórios representativos da região dos últimos cinco anos.

Quanto aos volumes armazenados nos reservatórios, em 1º de maio, sete dos 14 principais reservatórios de hidrelétricas da região estavam com seu pior nível desde 1999. E os demais estavam com níveis entre os cinco piores desse período.

Mesmo com as baixas vazões que estão ocorrendo, não se espera, num primeiro momento, que ocorram problemas de falta de água para os usos consuntivos, como o abastecimento humano e a irrigação. Isso porque as vazões, ainda que mais baixas, serão suficientes para atender a esses usos em termos de quantidade de água. No entanto, poderão ser necessárias adaptações nas estruturas de captação de água para se adaptarem ao nível, que poderá ficar mais baixo, especialmente nos principais reservatórios da região, evitando a interrupção do seu funcionamento.

Com relação aos usos não consuntivos – como geração hidrelétrica, turismo, lazer e navegação – são esperados impactos em decorrência da redução dos níveis de armazenamento dos reservatórios. No caso do turismo e lazer, por exemplo, já vêm ocorrendo impactos nos reservatórios de Furnas (MG) e Mascarenhas de Moraes (MG). E há uma tendência de agravamento desses impactos com a redução dos níveis d'água ao longo do período seco.

O governo Federal estuda criar uma medida provisória para reconhecer a situação crítica e subsidiar a adoção de medidas temporárias excepcionais e que podem afetar os usos múltiplos das águas.



Dados apresentados pela Cemig deixaram claro que os reservatórios estão abaixo dos níveis considerados como seguros. E que na verdade no decorrer dos anos os reservatórios vem tendo a utilização máxima, existindo pouco espaço de uma reserva considerada segura, e sempre contando que o ano subsequente trará chuvas suficientes para recuperar integralmente tudo o que foi retirado.

Para além das dificuldades dos reservatórios do setor energético percebe-se uma criticidade da situação de vários rios em Minas Gerais que colocam em risco o abastecimento de várias cidades mineiras, inclusive Belo Horizonte no caso da bacia do Rio das Velhas.

Os dados meteorológicos demonstram que ciclicamente estes fenômenos de escassez de chuvas vêm se repetindo em prazos muito curtos, a cada 4 a 5 anos, de chuva abaixo da média.

Portanto os dados nos informam que não se trata de fenômenos circunstanciais e mais sim de fenômenos mais cíclicos, próximos e sistêmicos. Portanto há que se falar de fenômenos planetários e ligados às mudanças climáticas.

A gama de informações e de *softwares* de previsão meteorológica, hoje existentes, permitem fazer previsões de médio e longo prazo, portanto não há como se falar se ser surpreendido por estas situações de escassez.

Se são fenômenos previsíveis podem ser prevenidos. Em Israel ou outros países árabes a pluviosidade é bem menor e não se traduz em escassez hídrica.

Isto remete a fragilização que hoje se impõe ao sistema nacional de gestão de recursos hídricos.

Prova disso foi a publicação da medida provisória 1.055 de 28 de junho de 2021 que criou a Câmara de Regras Excepcionais para gestão hidroenergética, a qual poderá definir diretrizes obrigatórias para estabelecer limites de uso, armazenamento e vazão das usinas hidrelétricas, passando por cima de todo o sistema nacional de gestão de recursos hídricos estabelecido na lei 9433/1997, em especial das atribuições dos comitês





de bacia. A composição do referido conselho sequer inclui a Agência Nacional de Água e Saneamento (ANA).

Por outro lado, é importante afirmar: não basta somente as chuvas, é preciso que as águas se acumulem no solo.

É necessário a existência de um solo geologicamente íntegro, com matas, áreas de recargas e nascentes preservadas. Enfim, é imprescindível que haja um sistema de produção natural de produção de água operando com eficiência.

Então, mais do que faltar águas nos reservatórios., ou aumentar as tarifas, o que está faltando é rio e políticas para a preservação dos mesmos.

A ausência de água nos nossos rios tem gerado cada mais conflitos pelos usos das águas, como por exemplo entre: setor energético e outros usuários, entre abastecimento e outros, e irrigantes e outros.

Portanto, temos uma complexidade que envolve desde crise energética, crise ambiental, crise hídrica traduzida por uma ausência de uma política sistêmica centrada nas águas e nas bacias hidrográficas.

Os dados revelaram, em uma análise retroativa, que as baixas nos índices de precipitação são alarmantes desde 2019. A tendência para os próximos meses é de piora com a vinda de uma estação naturalmente mais seca, e as chuvas só devem normalizar a partir de novembro. A bacia do Paraná possui a maior capacidade instalada e a maior demanda de energia elétrica do país.

Citamos os casos dos Reservatórios das Usinas de Furnas (São José da Barra) e de Marechal Mascarenhas de Moraes (Ibiraci), os Lagos de Furnas e de Peixoto, respectivamente, que passam por situação de escassez hídrica crônica por serem reservatórios de cabeceira da Região Hidrográfica do Paraná, região essa do país que concentra as maiores fontes estáveis para suprimento de energia elétrica do Brasil.



Há anos observa-se um comprometimento energético dos recursos hídricos da Região Hidrográfica do Paraná que em si degrada as paisagens dos entornos dos reservatórios de acumulação. Paisagens essas que já foram drasticamente alteradas pela atividade humana na construção de usinas hidroelétricas, cuja população do entorno precisou promover, por anos, toda uma readaptação devido à ruptura que os próprios empreendimentos trouxeram.

O uso múltiplo das águas passou a ser uma promessa para milhares de pessoas que perderam sua fonte de renda com a inundação de áreas importantes para suas atividades econômicas. O uso da água para geração de energia é não consuntivo por definição. Mas o que se observa, principalmente nos reservatórios de acumulação da Bacia do Rio Grande, nos últimos anos, é um uso consuntivo, ou seja, que não repõe a massa de água utilizada para geração de energia elétrica na mesma medida e momento em que a consome. A demanda por energia elétrica no país cresce num ritmo que não está sendo acompanhado pela expansão do setor elétrico de forma sistêmica e estrutural na mesma proporção.

Para agravar a questão ainda mais há níveis mínimos de empreendimentos à jusante da Bacia do Rio Grande e Rio Paranaíba que requerem que uma quantidade considerável de água seja drenada dos reservatórios de cabeceira da Região Hidrográfica do Paraná para assegurar outros usos, como é o caso da Hidrovia Paraná -Tietê, que chega a comprometer o equivalente a aproximadamente 10% do volume útil do Reservatório da Usina de Furnas, o que modifica seu nível e, conseqüentemente, seu entorno. É necessária uma obra de remoção de um pedral localizado no Rio Tietê, na altura de Nova Avanhandava-SP. Essa obra diminuiria a necessidade de 2,4m em nível de água no Reservatório da Usina de Três Irmãos para calado mínimo das embarcações de transporte náutico das cargas. Sem esse calado mínimo hoje o transporte naquela região fica comprometido e o custo de exportações de mercadorias que normalmente escoam pela navegação na bacia aumenta. Com a atual operação energética da Região Hidrográfica do Paraná há notadamente impactos nas atividades humanas e nos biomas dos entornos dos empreendimentos